

CADERNO DE RESUMOS



De Historiografia

Linguística

2016

Pensar a gramática como um conjunto de regras regidas por princípios universais ou naturais parece ser um dos pontos-chave para o entendimento da diferença entre o pensamento linguístico modista e humanista. No proto-humanismo de Dante e Petrarca constata-se um ponto de vista aparentemente oposto aos dos gramáticos medievais com relação à possibilidade da estabilização do conhecimento sobre uma língua por meio de regras universais ou naturais. Tanto em seus dois tratados, o *De vulgari eloquentia* e o *Convivio* (escritos provavelmente na mesma época: entre 1304 e 1308), quanto na *Commedia* (cujos cantos são compostos entre 1304 e 1321), Dante defende a tese de que existe uma oposição entre o que é natural e o que é artificial (não natural) na linguagem humana (LO PIPARO, 1986, p. 6-9). Petrarca, por sua vez, dá à sonoridade (*sonoritas*) das palavras o estatuto de unidade prioritária de reflexão linguística – essa concepção de sonoridade origina-se da leitura que Petrarca faz das obras de Cícero, em que identificava certa suavidade (*dulcedo uerborum quaedam*), a qual contrapõe à aridez dos discursos latinos da Escolástica. O latim medieval, em comparação com a beleza da linguagem de Cícero e dos outros autores clássicos, parecia desprezível a Petrarca (*Epistolae familiares*, XXIV, 3, *Epistola ad Marcum Tullium Cicerum*). As ideias de artificialismo das normas ou de mudança linguística, de Dante, e a importância prioritária dada ao nível prosódico, defendido por Petrarca, são vistos como pouco importantes para o entendimento da linguagem, segundo os modistas. Portanto, parece haver diferentes concepções de língua, linguagem e gramática para humanistas e modistas. Para uma abordagem dessas diferenças, nesta comunicação, serão discutidas e comparadas as concepções da natureza e função da linguagem nos escritos dos proto-humanistas Dante Alighieri (ca. 1265-1321) e Francesco Petrarca (1304-1374), as ideias dos modistas Boécio da Dácia (ca. 1240-1280) e Tomás de Erfurt (fl. 1310) e do escolástico Tomás de Aquino (ca. 1224-1274). Os modistas são realistas moderados, assumem entidades teóricas como existentes, entendem a gramática como ciência aristotélica. Os humanistas entendem a gramática como artificial: um conjunto de regras convencionais e uma lista de itens lexicais que, na verdade, diferenciam-se marcadamente da língua falada ou em uso, a qual está em constante mudança. Nessa discussão, adotam-se as perspectivas de Koerner (1989), Swiggers (2004) e Murray (1998), teóricos da Historiografia Linguística.

Gramática Metódica da Língua Portuguesa: Descontinuum e Continuum Gramatical

Alexandre José da Silva (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

A Gramática Metódica da Língua Portuguesa, obra de Napoleão Mendes de Almeida, um dos mais importantes gramáticos e filólogos de nosso idioma, suscitou uma grande questão: uma vez que as concepções gramaticais de outros autores foram apresentadas, analisadas, utilizadas e ampliadas, será que o compêndio do proeminente autor transita entre o descontinuum e o continuum gramatical?

Ao nos debruçarmos sobre a obra, analisando de que modo um determinado saber linguístico é interpretado e analisado no decorrer do tempo, o referencial teórico utilizado foi o da História das Ideias Linguísticas.

O estudo permitiu compreender o porquê de alguns estudiosos, equivocadamente, o considerarem apenas um gramático ortodoxo e de pouca contribuição para a história da gramática no Brasil.

Para tal empreitada, foi imprescindível buscar na própria Metódica referências que pudessem confirmar que o trabalho de Napoleão Mendes de Almeida caminha entre o descontinuum e o continuum gramatical. Destarte, o diálogo com autores referenciais se mostrou fundamental, caso, por exemplo, de Jerônimo Soares Barbosa, Ernesto Carneiro Ribeiro e Eduardo Carlos Pereira.

Quanto aos procedimentos metodológicos utilizados para a investigação, destacamos: o horizonte de retrospectiva da obra, o levantamento do material teórico e, também, descrições e análises, momento em que rastreamos a obra em si.

Por fim, o estudo corroborou a ideia de descontinuum e continuum gramatical, evidenciando marcas de rompimento e tradição, fato percebível no capítulo Sintaxe da obra, uma vez que concepções gramaticais de outros autores (no caso, Soares Barbosa e Frederico Diez) foram apresentadas, analisadas e ampliadas pelo próprio autor.

Palavras-chave: Gramática Metódica da Língua Portuguesa; Descontinuum e Continuum Gramatical; História das Ideias Linguísticas.

Prolegômenos do gênero gramatical

Andréa Lacotiz (Universidade de São Paulo)

O gênero gramatical, uma das classificações dos nomes, sempre foi motivo de discussão, mesmo entre aqueles que não se ocupavam de fatos linguísticos (ROBINS, 1986). Na atualidade, ainda existem tentativas, malogradas, de elucidar seu papel na estrutura linguística, sobretudo face às irregularidades nocionais e morfológicas apresentadas por essa classificação. No entanto, essas discussões desconsideram a origem dos termos gênero, masculino, feminino e neutro. Na Antiguidade, a metalinguagem aplicada à linguística desenvolveu-se não como ciência autônoma, mas sim vinculada à filosofia e estava imbricada na maior polêmica a respeito das relações entre linguagem e realidade, a controvérsia φύσει/θέσει (PLATÃO, Crátilo). Essa controvérsia envolveu duas questões interligadas: uma semântica, concernente à relação dos nomes com as coisas denotadas, e uma histórica, concernente à origem dos nomes, quer pela sua natureza, quer pela sua imposição. A tradição ocidental convenceu-se de que foi Protágoras quem dividiu os nomes em masculino (ἄρρενα), feminino (θήλεα) e neutro (σκεύη) (ARISTÓTELES, Retórica). A escolha dos termos para os três gêneros em grego reflete a evolução da concepção de correspondência entre gênero e significado. Além disso, o grau de regularidade do gênero gramatical tem sido interpretado em termos de uma dicotomia entre analogia e anomalia. A continuidade dessa disputa deu-se entre Aristóteles, visto como analogista/convencionalista, e os estoicos, vistos como anomalistas/naturalistas (ROBINS, 1986). Pretendemos, por meio de uma pesquisa bibliográfica, demonstrar como as questões linguísticas sobre o gênero gramatical ganharam âmbito próprio, cujo percurso pretendemos delinear, tendo em vista a retomada de discussões acerca do gênero gramatical observado a partir de um estudo historiográfico das bases da gramática.

Palavras-chave: gênero gramatical, classificação nominal, metalinguagem, gramática, filosofia da linguagem

A língua brasileira e a tradição gramatical depois da Semana de 22

Antonio Carlos Zacarias Pinelli (Universidade Federal do Paraná)

Ednei de Souza Leal (Universidade Federal de São Carlos)

Compreendendo a historiografia da linguística como um campo de investigação multidisciplinar, este estudo tem o propósito de problematizar a recepção das gramáticas normativas e demais obras especializadas frente à inovação dotada pelos escritores da Semana de 22. Ora, como se sabe, a gramática dita normativa sempre teve como base exemplos da literatura de cada língua por ela descrita. Assim, procuraremos avaliar se houve e qual foi a reação de gramáticos e estudiosos frente à manifestação dos Modernistas ante aos fatos próprio do Português Brasileiro (PB). Ou seja, se para a gramática tradicional os exemplos de norma linguística a ser tomados estavam nos escritores consagrados, procuramos aqui investigar como esses gramáticos encaram o novo fenômeno advindo a partir de obras como Pau-Brasil, de Oswald de Andrade (1925) e Prefácio Interessantíssimo (1922), de Mário de Andrade. O que previamente pudemos constatar é que houve um processo de continuidade mesmo que os parâmetros literários tenham mudado, a percepção sobre o PB ainda era o mesmo. Por outro lado, o clima de opinião nos remete ao modo como alguns escritores encaravam a língua, produto central de sua obra, ou seja, assumiam a forma de uma língua corrente, em muitos casos, destacando particularidades próprias do PB como tema de sua obra. Segundo princípio de imanência vemos que tanto escritores quanto estudiosos da língua, ainda que notassem diferenças do PB com relação ao Português Europeu, mas possivelmente não tinham ferramentas necessárias para descrever tais diferenças, e nem estava consolidada uma adequada política linguística para tratar do assunto de modo sistêmico.

Referências

MORAES, Marco Antônio (Org.). Correspondência Mário de Andrade & Manuel Bandeira. São Paulo: Edusp/IEB, 2001.

KOERNER & ASHER. Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists. London: Pergamon, 1995.

Palavras-chave: Português brasileiro, Semana de 1922, Análise linguístico-literária

O lugar e o conceito de 'artigo' em gramáticas brasileiras oitocentistas do português

Bruna Soares Polachini (Universidade de São Paulo - CEDOCH)

Como se sabe, a taxonomia de classe de palavras é um dos pilares fundamentais da gramática ocidental, gênero textual que existe desde o século II a.C (cf. Robins 1986). Algumas categorias dessa taxonomia, porém, tiveram seu estatuto questionado em diferentes momentos da história, ora por razões linguísticas, ora por razões teóricas, como, por exemplo, acontece com o 'artigo' em gramáticas latinas e as questões técnicas em torno da categoria de 'particípio' (cf. Michael 1970, Trousson 1990). Num momento bastante adiantado e recente da história da gramática ocidental, em análise de trinta e oito gramáticas brasileiras do português publicadas no século XIX, pudemos notar que há certa flutuação na escolha do lugar reservado ao 'artigo' na taxionomia de classes de palavras. Em algumas obras, ele é considerado uma classe de palavra, em outras, é subcategoria de outra classe, a do 'adjetivo'. Ademais, o próprio conceito de artigo varia nessas obras, seja em sua definição ou na gama de dados linguísticos à qual ele se aplica. Dessa forma, nesse trabalho, procuramos comparar tanto o lugar do artigo na taxonomia de classes de palavras quanto o conceito a ele atribuído nas gramáticas supramencionadas, a fim de observar as continuidades e as discontinuidades relativas a esse tema em específico na tradição gramatical brasileira do século XIX.

Palavras-chave: Gramáticas brasileiras do português; Século XIX; Artigo.

Uma Gramática Missionária do Século XVIII

Cristiano Silva Jesuita (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo)

Desde a chegada dos primeiros jesuítas à costa do Brasil em 1549, os missionários defrontaram-se com a difícil tarefa de traduzir o conteúdo e os sentidos da doutrina cristã para uma língua que não parecia “voz humana”. No processo de conversão dos gentios e de gramatização das línguas indígenas, os missionários jesuítas produziram uma grande variedade de formas textuais: cartas, sermões, catecismos, doutrinas, orações, vocabulários, dicionários e a própria gramática. De toda essa produção, só nas últimas décadas o trabalho de reflexão e descrição linguística dos missionários vem sendo redescoberto e rediscutido. Assim, para contribuir com o estudo da história da produção linguística missionária no Brasil, este trabalho propõe analisar um manuscrito anônimo produzido no século XVIII (1750); a Gramática da Língua geral do Brasil, com hum dicionario dos vocábulos mais uzuaes para a intelligencia da dita língua. A análise permite observar que a obra apresenta algumas considerações importantes, por exemplo, a constatação de diferentes registros de uso da língua e mudança linguística. No que tange à metodologia utilizada para o desenvolvimento da análise, apropriamo-nos dos postulados teóricos da História das Ideias linguísticas formulados por Sylvain Auroux. (1989,1992).

Palavras-Chave: Gramática das Línguas Gerais; Manuscrito século XVIII; História das ideias linguística.

Propõe-se apresentar nesta comunicação os resultados parciais de nosso estudo sobre o *Mémoire sur le système primitif des voyelles indo-européennes*, publicado em 1878 por Ferdinand de Saussure (1857-1913), por meio da metodologia da Historiografia Linguística à luz da obra de Koerner (1996, 1999, 2014) e Swiggers (2009, 2011, 2012, 2013).

Saussure é conhecido especialmente como o autor póstumo do Curso de Linguística Geral de 1916, obra vista, pelas gerações que o sucederam, tanto como a fundadora tanto do chamado ‘estruturalismo’ linguístico, como também da Linguística contemporânea (SANDERS 2004:2). Em vida, no entanto, seu reconhecimento se deu em grande parte pela publicação do *Mémoire*, como pode-se averiguar, por exemplo, no prefácio anônimo do volume de 1908 dos *Mélanges* da Société Linguistique de Paris, inteiro dedicado a Saussure, em que se agradece pelas contribuições “[d]os linguistas eminentes [...] que aceitaram unir suas homenagens àquelas dos antigos alunos do autor do *Mémoire* [...]”. Trata-se, assim, um texto de um autor fundamental para a Linguística moderna que, apesar disso, parece-nos ser pouco estudado, visto que trata de um problema específico do estudo diacrônico das línguas indo-europeias e se opõe, dessa forma, ao enfoque sincrônico dominou que os estudos linguísticos em grande parte do Século XX. Apresentaremos os resultados parciais de nossa pesquisa, mostrando a relação do surgimento da disciplina da gramática comparada, e o clima de opinião quanto ao sistema vocálico do proto-indo-europeu (PIE) à época da publicação do *Mémoire*, valendo-nos mormente das abundantes fontes secundárias recentes, e das primárias, quando preciso. Tendo tais subsídios, pudemos estudar o método de que Saussure se valeu para o estudo do “sistema de vogais” do indo-europeu, incluindo a história da terminologia empregada, como os termos ‘fonema’ e, crucialmente ‘sistema’ este último que se apresenta, aplicado à linguagem, pelo menos desde a obra de Adelung (1780:890).

Procurro nesta apresentação mostrar como algumas questões acerca da Complexidade Linguística foram abordadas nos estudos sobre a linguagem a partir do século XIX. Com isso, farei um pequeno apanhado epistemológico baseado em estudos recentes. Se se olha pela perspectiva das várias correntes teóricas no Século XIX, o que se fala sobre a complexidade das línguas é quase sempre atrelada a sua cultura e a de seus falantes, o que denotaria graus de valoração. Humboldt 1835 acreditava que as características de um povo moldava sua língua, tornando-a mais ou menos complexa. August Schleicher 1858 procura provar que há línguas mais e menos complexas através de sua classificação. Os estruturalistas no século XX, por outro lado, acreditavam que havia compensação de complexidade. Na segunda metade do século XX, para Chomsky 1964, a questão da complexidade se reduz aos debates biológicos: na medida em que todas as línguas compartilham semelhanças, a complexidade estaria inerente a todas elas de igual modo. O sociolinguista Trudgill em 1983 levanta a primeira hipótese de que a complexidade poderia ser medida. Posteriormente, McWorther 2003 procura meios de medir complexidade nos crioulos. Dahl 2004 mostra que a complexidade pode ser medida através da eficiência comunicativa; Kusters 2003 mede complexidade a partir da intuição de falantes estrangeiros; Culicover 2014 e Newmeyer & Preston 2014 procuram aliar os estudos de complexidade à Linguística Formal. Nosso método historiográfico se baseia em Koerner 1989 e Koerner & Asher 1996 na medida em que busca apontar mudanças no modo de encarar fenômenos linguísticos que outrora eram inviáveis, dada a carência de ferramentas epistemológicas adequadas.

KOERNER & ASHER, Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists. Oxford & New York: Pergam Press, 1995.

MIESTAMO et al. Language Complexity: Typology, Contact, Change. Amsterdam: John Benjamins. 2008.

Palavras-chave: Complexidade Linguística, Filosofia da Linguística, Epistemologia

Das primeiras gramáticas à Gramática Houaiss: um estudo historiográfico do tratamento das categorias gênero e número dos substantivos

Gláucia Castro Aguiar Pio (Universidade Federal do Piauí)

Este trabalho visa contribuir para os estudos historiográficos a partir de fontes contemporâneas, em que buscamos investigar o tratamento dado às categorias 'gênero' e 'número' dos substantivos na Gramática Houaiss da Língua Portuguesa (2013), (doravante GHLP). A fim de verificar continuidade e/ou descontinuidade no tratamento dado às categorias de análise selecionadas na GHLP, faz-se necessária a análise de gramáticas, de diferentes épocas, desde a tradição greco-latina, abarcando obras gramaticais, as de maior representatividade, pertencentes à gramaticografia portuguesa dos séculos XVI ao XIX, bem como obras gramaticais da gramaticografia brasileira dos séculos XIX e XX, com ponto de chegada na Gramática Houaiss, gramática do século XXI. A investigação segue os princípios teórico-metodológicos da Historiografia Linguística, propostos por Koerner (1996): contextualização e imanência, num movimento da história denominado continuidade vs. descontinuidade a fim de perceber continuidades e/ou rupturas na gramática em tela. Além de considerar para a análise os princípios historiográficos, adota-se, também, o parâmetro de análise de Swiggers (2009) para melhor entendimento de aspectos internos e externos à GHLP, quais sejam: cobertura, perspectiva e profundidade. Para tanto, utilizar-se-ão, para melhor constituição de aspectos 'internos' e 'externos', a dissertação e a tese do autor, resultados de um contexto histórico-político-social de uma época que, possivelmente, tenha exercido influência na redação da GHLP. Por se tratar de material contemporâneo (obra do século XXI), a análise está alicerçada na História do Tempo Presente (DELGADO; FERREIRA, 2014; HANNA; BASTOS, 2012) sem a necessidade de aproximação de épocas passadas com o momento atual. A motivação desta pesquisa tem origem na constatação de escassez de estudos que abordem gramáticas contemporâneas e estudos historiográficos em campo morfológico. A hipótese que se levanta é que Azeredo, por possuir uma formação de base linguística, tenha adequado o discurso de inovação na terminologia de descrição em sua gramática.

Palavras-chave: Historiografia linguística; Gramática Houaiss; continuidade e descontinuidade.

A formação do pensamento linguístico brasileiro: entre a gramática e as novas possibilidades de tratamento da língua (1900-1940)

José Bento Cardoso Vidal Neto (Universidade de São Paulo - CEDOCH)

Esta comunicação apresentará aspectos relevantes da pesquisa de doutorado que por nós vem sendo desenvolvida desde o início de 2016. Tal estudo tem como objetivo analisar, dentro da história da linguística brasileira, o período compreendido entre 1900 e 1940, o qual foi denominado por Blikstein (1976) de “2ª parte do período de autodidatismo”. Este período antecede a institucionalização dos estudos da linguagem, que se dá com a fundação das primeiras universidades brasileiras e mais especificamente com a criação dos cursos superiores de Letras. A importância de tal período, que justifica a proposição deste trabalho, é que julgamos ser este um importante momento para a formação do pensamento linguístico brasileiro. Dentre os vários elementos que contribuíram nesta formação, nos ateremos especificamente a um aspecto em especial: a perda da primazia do compêndio gramatical como local privilegiado para as discussões a respeito da língua, em especial a portuguesa. Esta perda (ou ao menos a disputa) se dá em relação a outros tipos de produção, como as teses produzidas para concursos de cátedra nos colégios mais prestigiados das grandes cidades, livros ou opúsculos de caráter monográfico, ensaios sobre questões pontuais da língua, colunas e artigos em jornais e revistas, entre outros. Nossa hipótese central é que esta movimentação entre a gramática e os demais tipos de produção acerca da língua impactou de forma significativa a formação do pensamento linguístico brasileiro. Para tal estudo, analisaremos obras que se enquadrem nos seguintes critérios: estudiosos destacados por seus pares, autores que trataram da língua portuguesa e publicações entre os anos de 1900 e 1940. Finalmente, para a análise deste material, lançaremos mão do modelo de capas proposto por Swiggers (2004), principalmente por entendermos ser uma ferramenta importante para analisarmos os processos de continuidade e ruptura pelos quais passaram os estudos sobre a língua portuguesa no Brasil, no que tange ao local em eles ocorriam – no compêndio gramatical ou em outros gêneros textuais – e também quanto aos seus vieses teóricos, se mais gramatical, filológico ou linguístico.

Palavras-chave: Historiografia linguística, gramática brasileira, pensamento linguístico brasileiro, história da linguística brasileira, filologia brasileira

Teoria verbal de Andrés Bello: aplicação ao pretérito imperfeito do subjuntivo

Luizete Guimarães Barros (Universidade Estadual de Maringá)

O objetivo dessa comunicação é aplicar a teoria temporal de Andrés Bello, exposta num artigo sobre semântica temporal - Análisis ideológico de los tiempos de la conjugación castellana (1979 [1810]) - e reproduzida com reformulações na Gramática de la lengua castellana destinada al uso de los americanos (1988 [1847])- , a dados do português oral de Florianópolis – Santa Catarina, coletados a partir do corpus do VARSUL (Variação Linguística Urbana da Região Sul). Seleccionamos para tal fim alguns empregos do pretérito imperfecto de subjuntivo (formas en – sse), recopilados por Angela Back em sua tese sociovariacionista de 2008 para a definição temporal de certos usos em subordinada substantiva, classificados como “subjuntivo común”.

Encontramos também dados de “subjuntivo hipotético” em orações condicionais e outros de negação implícita, definidos como valores metafóricos por serem definidos pelo gramático venezuelano como “desvíos de la teoría”. Os casos de emprego do pretérito imperfeito de subjuntivo em subordinadas adverbiais não são abordados nessa teoria, mas são coletados e citados a parte. Essas categorias criadas por Bello no século XIX são demonstradas por exemplos do português falado em Florianópolis no século XXI. De maneira que explicamos uma teoria verbal do castelhano através de dados do português falado.

Palavras-chave: gramática espanhola do século XIX lingua portuguesa sociovariacionismo

A Gramática no Século XXI: Análise Historiográfica da Gramática Pedagógica do Português Brasileiro e a Questão da História do PB

Meryane Sousa Oliveira (Universidade Federal do Piauí)

Esta comunicação tem por objetivo apresentar o recorte de uma pesquisa maior, desenvolvida no mestrado, em que se busca compreender, levando em conta o contexto de produção e recepção, a *História do português brasileiro*, descrita na *Gramática Pedagógica do Português Brasileiro*, de autoria de Marcos Bagno, publicada na primeira década do século XXI, bem como analisar continuidades e descontinuidades na gramática em relação à produção de conhecimento neste início de século. Pelo fato de o trabalho historiográfico também efetuar recortes, a proposta dessa pesquisa volta-se, mais especificamente, para o capítulo cinco da *GPPB* intitulado “*Do galego ao brasileiro: história da nossa língua*”. O *corpus* é constituído por fonte documental primária, qual seja a *Gramática pedagógica do português brasileiro (GPPB)*. Para a análise da obra, utilizar-se-á a proposta teórico-metodológica de Koerner (1996), especificamente, no que tange aos conceitos de *contextualização e imanência*, a proposta desenvolvida por Bastos e Palma (2008) sobre a investigação de objetos contemporâneos relacionados a uma perspectiva historiográfica, além das categorias analíticas como *dimensão interna e externa, influência, tradição, retórica do autor e horizonte de retrospectão*. Todas estas propostas baseiam-se nos postulados da Historiografia Linguística. Como resultado parcial, constatou-se que a proposta de Bagno difere das gramáticas que seguem o modelo greco-latino e apresenta um novo olhar para esse instrumento linguístico, deixando sobressair em sua proposta diversas tendências presentes no cenário brasileiro atual de obras gramaticais de referência.

Palavras-chave:

Descrição da linguagem de tratamento da língua japonesa por Chamberlain

Olivia Yumi Nakaema (Universidade de São Paulo – CEDOCH)

O objetivo deste trabalho é analisar a descrição da linguagem de tratamento da língua japonesa por Basil Hall Chamberlain (1850-1935) na obra “A Handbook of Colloquial Japanese” (1ª. Edição de 1888), com base na metodologia da Historiografia Linguística proposta por Koerner, Swiggers e Altman. Considera-se aqui a linguagem de tratamento como sendo um conjunto de regras que determinam se um comportamento linguístico é adequado ou não. Inglês natural de Portsmouth, Chamberlain foi professor de Japonês e Filologia na Universidade Imperial de Tóquio de 1886 a 1891. Chamberlain é chamado de o “Pai da Linguística do Japão”, cuja presença influenciou não apenas linguistas estrangeiros, mas também gramáticos japoneses. “A Handbook” é uma obra em inglês elaborada a pedido do governo japonês com o objetivo de ensinar a língua a estudantes estrangeiros. Como fonte primária de análise pela Historiografia Linguística, a obra representa importante valor por apresentar uma descrição detalhada da língua e por conter muitos exemplos que servem como um retrato da forma falada no século XIX. Com relação à descrição da linguagem de tratamento, Chamberlain não só a apresenta no capítulo XI “Honorifics” como também ao longo de toda gramática. Desse modo, por meio de uma análise da metalinguagem utilizada para a descrição da linguagem de tratamento e dos fatores externos (sociais, culturais, econômicos, etc.), procura-se investigar qual a relação entre esses fatores.

Palavras-chave: Historiografia Linguística, Gramáticas, Língua Japonesa, Linguagem de tratamento

Uma interpretação inicial sobre o aparecimento de uma gramaticografia de língua espanhola no Brasil

Stela Maris Detregiacchi Gabriel Danna (Universidade de São Paulo – CEDOCH)

Motivadas por compreender melhor o processo de emergência de uma gramaticografia de língua espanhola no Brasil, nesta comunicação, temos como primeiro objetivo examinar "como" e "quais motivos" levaram à publicação da primeira gramática do espanhol produzida em terras brasileiras, a saber, a Gramática da língua espanhola para uso dos brasileiros, de Antenor Veras Nascentes (1886 – 1972). A publicação desta obra constitui um fato destacável, pois foi somente a partir da década de 1940 que apareceram outras sistematizações deste tipo, tais como Becker (1944); Jucá Filho (1944); Lagosmarino (1944); Solana e Morais (1944); entre outros. Além disso, também objetivamos verificar como esta obra se diferencia 'internamente' (isto é, em seus objetivos e estrutura) da provável segunda obra gramatical de língua espanhola, o Manual de español (1944), de Idel Becker (1910 - 1994). Considerando que nenhum conhecimento linguístico é produzido fora de um contexto sócio-político-ideológico (KOERNER, 1989: p.51), utilizamos como material de análise não somente a gramática de Nascentes e o manual de Becker, mas também paratextos ou materiais considerados "periféricos" (a saber, prefácios, leis, anotações), que nos auxiliaram a reconstruir o contexto em que as obras se inserem. Para atingirmos os objetivos acima explicitados, mobilizamos tanto dados provindos de uma análise 'interna' aos materiais selecionados quanto de dados oriundos de uma análise 'externa' às obras (Swiggers, 2005[2004]). O cruzamento destes dados permitiu-nos elaborar uma interpretação historiográfica, ainda parcial, sobre o aparecimento e as principais características das primeiras obras do espanhol publicadas no Brasil.

Palavras-chave: gramática; língua espanhola; Antenor Nascentes; Idel Becker

O objetivo deste trabalho é apresentar alguns resultados de nossa pesquisa de mestrado, na qual realizamos um estudo historiográfico das continuidades e discontinuidades no tratamento da variação e da mudança e no conceito de português brasileiro. A investigação teve como foco dois subperíodos que, de acordo com a literatura, correspondem a momentos nos quais os estudos de Linguística Histórica foram bastante produtivos no Brasil, a saber: a primeira metade do século XX – mais especificamente a década de 1950 – e o período imediatamente após os anos 1980. Como fontes primárias, selecionamos obras de dois autores considerados líderes intelectuais e organizacionais do campo no Brasil: Serafim da Silva Neto (1950) e Fernando Tarallo (1986 e 1991). A análise dos dados foi realizada com base nos seguintes conceitos da Historiografia Linguística: Capas do Conhecimento Linguístico e Programas de Investigação (SWIGGERS 2004). Além disso, no plano epistemológico, recorremos aos conceitos de objeto observacional e objeto teórico (DASCAL & BORGES NETO 1991) e estilo de pensamento (FLECK 2010). No que diz respeito às continuidades, verificamos que, ao longo do período investigado, foi predominante o ecletismo teórico-metodológico e também uma perspectiva teleológica e imanente para o estudo da mudança linguística, ao passo que, no estudo da variação, foram recorrentes abordagens ancoradas em aspectos socioculturais. No âmbito das discontinuidades, destacamos o tratamento do conceito de português brasileiro, o qual foi modificado em função dos diferentes estilos de pensamento: em Silva Neto (1950), o conceito é entendido como uma língua transplantada, caracterizada pelo conservadorismo; em Tarallo (1986 e 1991), tem-se a emergência de uma gramática brasileira.

Palavras-chave: Linguística Histórica; variação; mudança; português brasileiro
